

Senado quer a Câmara trabalhando

Silvio Donizeti

O PFL, PDS e a ala moderada do PMDB no Senado querem dar como consumada a aprovação do projeto de resolução, a ser votado na próxima terça-feira, que prevê o funcionamento daquela Casa, três vezes por semana, durante os trabalhos da Assembléia Constituinte, com o objetivo de forçar a Câmara a adotar o mesmo procedimento. Assim, a tese da Constituinte soberana, defendida pelas esquerdas, seria definitivamente sepultada.

Com o funcionamento de Câmara e Senado e a supressão do parágrafo sete do artigo 57 do substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) ao projeto de Regimento Interno, que também deve ser votado na próxima terça-feira e pode viabilizar a redução do mandato do presidente, o Palácio do Planalto teria, praticamente, todas as garantias de que a Constituinte não poderia tomar a iniciativa de encurtar o mandato de José Sarney antes da promulgação da nova Constituição, quando devem ser baixadas as disposições transitórias e finais da Constituinte.

O funcionamento das duas Casas Legislativas, mesmo que por três dias na semana, teria o objetivo também de esvaziar a Constituinte, levando para o Congresso Nacional temas como a revogação do chamado entulho autoritário. A diferença é que para o Congresso aprovar qualquer emenda constitucional são necessários os votos de dois terços dos 559 parlamentares, no mínimo, um quorum considerado altíssimo.

Esvaziamento

A aprovação do projeto de resolução do Senado seria o segundo e decisivo passo dos senadores visando a acabar com a tese da Constituinte exclusiva. O primeiro foi quando o Senado se antecipou à própria Constituinte e elegeu a sua Mesa Diretora, na manhã do dia primeiro de fevereiro, data da instalação da Assembléia.

No dia seguinte, a Câmara teve que eleger a sua Mesa, quando havia um forte movimento dentro do PMDB pelo funcionamento exclusivo da Constituinte. Durante os trabalhos da Constituinte, as duas Casas seriam convocadas apenas em caráter extraordinário.

Restará à Assembléia Constituinte concentrar-se apenas na elaboração da nova Constituição, caso a ala moderada do PMDB, com o apoio do PFL e PDS, aprove projetos de resolução prevendo o funcionamento de Câmara e Senado, durante os trabalhos da Constituinte. A aprovação de projeto de resolução é feita pelos votos da maioria simples, ou seja, metade mais um dos presentes em plenário. Ao mesmo tempo em que este grupo pretende aprovar o projeto, eles estão trabalhando também para suprimir, do artigo 82 do substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso, a expressão «em caráter extraordinário», que condiciona o funcionamento de Câmara e Senado ao exame de matéria de urgência e de relevante interesse nacional, durante as atividades da Constituinte.

Até a próxima terça-feira, os dois grupos na Constituinte — moderados e progressistas — estarão trabalhando para vencer a batalha do projeto de resolução. Segundo o senador Mauro Benevides (PMDB-CE), até a votação do projeto e do substitutivo, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, deverá encontrar uma fórmula que resguarde a importância dos trabalhos da Assembléia, e o «rito» de atuação das duas Casas do Parlamento.